

Dwight H. Perkins e Michael Roemer
(organizadores)

Reforming economic systems in developing countries

Cambridge, MA, USA, Harvard University Press,
1991, viii + 492 p., US\$29,95.

O livro é mais um exemplo do incipiente consenso desenvolvimentista em prol de políticas "favoráveis ao mercado". Com base em estudos de caso de reforma econômica em países em desenvolvimento, os autores analisam o papel das instituições e questões de distribuição. Vários dos trabalhos apresentados são versões não muito diferentes da "correção de preços", que mostram a função do governo no tocante a um funcionamento melhor do mercado. Há trabalhos sobre análise de políticas alimentares, a reforma do comércio exterior na Indonésia, políticas industriais em Bangladesh e a reforma do setor financeiro na Indonésia. Outros trabalhos focalizam a política de reforma — seja de modo geral, seja com referência a um país específico. Os estudos de países não são bem distribuídos por região — cinco casos referentes à Ásia (quatro sobre a Indonésia e um sobre Bangladesh) e dois referentes à África (Gâmbia e Gana). A qualidade dos trabalhos também oscila. Mas o livro ajuda bastante a entender melhor as dificuldades da reforma. Mesmo havendo um consenso incipiente quanto aos tipos de políticas econômicas que promovem o desenvolvimento, sabe-se muito pouco acerca das condições sociais e políticas que viabilizam aquelas políticas econômicas.

Felipe Larraín e Marcelo Selowsky
(organizadores)

The public sector and the Latin American crisis

San Francisco, CA, USA, ICS Press, 1991, v +
352 p., US\$14,95.

Desde o *boom* do petróleo nos anos 70 até os anos 80, árduos do ponto de vista econômico, a América Latina perdeu sua relativa prosperidade, de modo tão grave quanto inesperado. A que se deve essa queda tão profunda da capacidade produtiva e do padrão de vida da região? E por que as taxas de juros, o desemprego e a inflação subiram tanto? É a estas perguntas que o livro tenta responder. Outros autores — muitos deles destacados economistas latino-americanos — examinam os fenômenos da expansão do setor público e do endividamento, peculiares à América Latina. Partindo de estudos detalhados da Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Venezuela, analisam a reação do setor público aos choques externos, ciclos políticos e eleitorais e grupos de interesses privados. Concluem serem necessárias mudanças institucionais profundas no setor público, paralelamente a um grande esforço para reduzir a dívida.

Sylvia Ostry (organizadora)

Authority and academic scribblers

The role of research in East Asian policy reform

San Francisco, CA, USA, ICS Press, 1991, xiii
181 p., US\$12,95 (brochura).

Esta obra, que reúne estudos de caso, busca mostrar a função da pesquisa de políticas nas economias do Leste asiático. Os estudos foram apresentados durante uma conferência realizada em março de 1989, que se propunha um conceito ousado — reunir acadêmicos e políticos para discutirem a interação de pesquisa e políticas nos programas de reforma de determinados países. Os casos, em si mesmos, são interessantes, mas não captam todos os elementos de economia política imaginados pelos organizadores. Não se fala em compromisso político, persuasão governamental, participação nos lucros e sorte — todos elementos da história do Leste asiático, que deram aos pesquisadores de políticas um contexto receptivo a seu trabalho. Contudo, o livro é útil para quem se interessa pelo funcionamento das instituições do Leste asiático.

Novos leitores que desejem receber *Finanças & Desenvolvimento* regularmente devem escrever para Subscription Services, *Finance & Development*, International Monetary Fund, Washington, D.C. 20431, USA, dizendo em que língua desejam receber a revista e os motivos do pedido. Os textos de *Finanças & Desenvolvimento* constam do Business Periodicals Index, Public Affairs Information Service (PAIS) e da Bibliographie Internationale des Sciences Sociales. O número de dezembro publica o índice anual de artigos e resenhas.

CARTAS

A epidemia de AIDS

Em seu artigo Implicações sócio-econômicas da AIDS nos países em desenvolvimento (*F&D*, dez. 1991), Jill Armstrong resumiu muito bem uma situação desalentadora. O artigo foi muito esclarecedor, assim como os trechos do discurso do diretor-geral do FMI, Boas notícias da África, na mesma edição. O Sr. Camdessus deu ênfase ao maior crescimento econômico atual dos países que empreendem programas de ajuste estrutural, muitos deles na África subsaariana (ASS). A Sra. Armstrong levanta a hipótese de que a AIDS "... ameaça alterar drasticamente a estrutura social e econômica de muitas sociedades (africanas), trazendo à tona graves questões econômicas relativas ao próprio processo de desenvolvimento...". As evidências sugerem que devemos ir além — os

países da ASS onde há alta incidência do vírus HIV terão diminuída a sua capacidade de se desenvolver e manter o crescimento econômico nas próximas duas ou três décadas pelo menos. Portanto, as medidas de crescimento e os efeitos das reformas na ASS deverão ser interpretados à luz da epidemia de HIV/AIDS nos países; na realidade, os países africanos estarão lutando para se desenvolver com uma das mãos atada nas costas. Recursos humanos qualificados, o capital humano, são escassos e difíceis de substituir na ASS; mesmo agora, qualquer programa de desenvolvimento num país com alta incidência do vírus pode levar em conta a perda de até 15% de seu pessoal qualificado na próxima década, causada diretamente pela contaminação do HIV. Outra parte do pessoal será indiretamente afetada por ter de cuidar de seus parentes.

Mas a situação não é de todo desoladora. Os cenários sinistros para a África, decretados no início e em meados dos anos 80 não se confirmaram. Embora o índice geral de adultos urbanos infectados pelo vírus tenha chegado a 30% em alguns lugares, no geral é consideravelmente menor. O que preocupa, no entanto, é ter havido uma diminuição pouco visível de casos entre a população mais jovem, que foi alvo de campanhas educacionais de saúde e atingiu a maturidade sexual.

Dois tópicos importantes levantados pela Sra. Armstrong merecem comentários especiais. O primeiro diz respeito a abordagens multissetoriais para HIV/AIDS — existência de comitês nacionais ou governamentais que coordenem os ministérios (mais especialmente, superando divisões entre os ministérios da Saúde e da Edu-

ção). O exemplo citado [Uganda] é importante, mas incomum. Não raro, após uma mobilização inicial, os órgãos multisetoriais para a AIDS reincidentem na imobilidade. Isso é comum tanto em países industrializados como em países em desenvolvimento.

Segundo, a afirmação de que a incidência de AIDS está caindo nos países industrializados — "...é esperado que diminua o índice de aumento de novos casos (de AIDS) nos países industrializados por causa da mudança de comportamento entre os grupos de alto risco..." — pode levar à complacência e à visão deturpada de que o problema do HIV/AIDS limita-se aos (ou pior, vem dos) países em desenvolvimento. Dados mais recentes não corroboram essa afirmação. Os dois maiores grupos de risco são os usuários de drogas injetáveis e os homossexuais. Poucos obtiveram êxito na redução de incidência de AIDS entre os usuários de drogas ou no controle do próprio uso da droga. Analogamente, após uma diminuição inicial na ocorrência de relações sexuais não-seguras (e na incidência de HIV) entre os homossexuais, dados recentes dos EUA e do Reino Unido indicam que a incidência de HIV não está diminuindo nesse grupo. Ninguém pode negar que o ônus do HIV/AIDS pesa muito mais sobre alguns países em desenvolvimento, mas esse ônus é substancial em todos os lugares. A epidemia é realmente mundial.

*Dr. Angus Nicoll
Epidemiologista
Serviço de Laboratório da Saúde Pública
Londres, Inglaterra*

Créditos: ilustrações da capa e das páginas 22 e 23: Dale Glasgow. Ilustrações das páginas 6, 10, 11, 14 e 15: David Wisniewski; página 18: Eric Westbrook; página 28: Luisa Watson. Composição: Betty Maguire e Luisa Watson. Gráficos: Seção de Artes Gráficas do FMI. Fotos do Banco: M. Iannacci. Fotos do FMI: D. Zara e Padraic Hughes-Reid.

O problema do protecionismo

De ambos os artigos sobre a Rodada do Uruguai, Que está em jogo na Rodada do Uruguai?, de H. B. Junz e Clemens Boonekamp e A Rodada do Uruguai: uma sinfonia inacabada, de Sylvia Ostry (F&D, jun. 1991), depreende-se que as Rodadas concentraram-se em corrigir distorções no mercado internacional, mas depararam-se com muitos problemas e obstáculos. O mais sério, e que precisa ser resolvido, é o do protecionismo.

Alguns países latino-americanos — como a Colômbia — abriram sua economia para ajudar os exportadores. Mas não conseguiram entradas para seus produtos, devido aos vários requisitos e regulamentações adotados pelos países desenvolvidos em relação às importações. As políticas comerciais protecionistas dos países desenvolvidos afetam a América Latina. Só os EUA recebem 70% das exportações latino-americanas. As exportações de artigos manufaturados foram as mais atingidas, por causa das barreiras não-tarifárias destinadas a proteger produtos como têxteis, vestuário, artigos de couro, e também ferro e aço. Isso porque os países latino-americanos começaram a concorrer intensivamente com o mundo desenvolvido.

A demanda externa para produtos latino-americanos de exportação não apresentou tendências muito favoráveis, apesar dos debates que consideravam todas as medidas no sentido da liberalização como uma concessão que exigia um *quid pro quo*. Além disso, formam-se blocos econômicos regionais e fecham-se acordos bilaterais que vêm alterar a multilateralidade das relações econômicas e comerciais preexistentes desde a II Guerra Mundial. O risco, segundo a conclusão dos autores, é de que a multilateralidade acabe. Tomara que as negociações em

curso tragam uma solução rápida para o problema.

*Ruth Jacqueline Botia Sachica
Tunja, Boyaca, Colômbia*

Comportamento econômico e cultura

Li com muito prazer o artigo Desenvolvimento e valores culturais na África subsaariana, de Mamadou Dia (F&D, dez. 1991). Fiquei um tanto surpreso ao ler que o Banco Mundial, que costuma dar forte ênfase aos processos econômicos, está envolvido num projeto desse tipo, para o qual o contexto cultural é um mero ambiente ou cenário estranho.

Trabalho há muitos anos na América do Sul; a equipe interdisciplinar da qual faço parte vem tentando explicar aos planejadores nacionais (em especial no Chile), que os resultados anômalos advêm de aspectos culturais que não foram considerados — aspectos que diferiam em muito das premissas que embasaram o planejamento sócio-econômico convencional. Nesse aspecto fomos bem-sucedidos, pois agora os planejadores nacionais nos consultam antes de implementar políticas de desenvolvimento costeiro, e não mais precisamos dizer-lhes posteriormente o que estava errado.

*Anthony Holland O'Malley
St. Mary's University
Halifax, Nova Escócia, Canadá*

Nova editora-chefe



Pamela J. Bradley é a nova editora-chefe. Anteriormente, era editora principal do *IMF Survey*. A Sra. Bradley graduou-se pelo Chatham College, Pittsburgh, Pensilvânia, e é mestre em Economia pela Universidade de Cambridge, Inglaterra. Antes de ingressar no FMI em 1983, trabalhou no Departamento do Tesouro dos EUA.

Rompendo com nossa tradição de unimato, publicamos aqui a foto da equipe de redação de *Finanças & Desenvolvimento*, com o editor que está deixando o cargo. Shuja Nawaz, que se dedicou à revista por 17 anos e meio, foi promovido a chefe de divisão do Instituto do



FMI. Na foto (da esquerda para a direita) aparecem: Martha Bonilla, assistente de redação, Christine Smolik, pesquisadora assistente cedida temporariamente pelo Departamento de Estatística, Gita Bhatt, redatora-chefe, Shuja Nawaz, editor, Laura Wallace, editora assistente, June Lavin, assessora administrativa, Jessie Hamilton, encarregado de assinaturas e contatos com os leitores, e Luisa Watson, editora de arte.